

Sumário

Nota prévia à 23.ª edição	7
Lista de abreviaturas	9

Título I – Função executiva em geral

1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO	35
§ 1.º Classificação das Ações	35
1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição	35
2. Limites políticos e práticos da função executiva.....	41
2.1. Critérios classificatórios da ação	43
2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação	45
3. Eficácias da sentença e satisfação	46
3.1. Eficácia declaratória.....	48
3.2. Eficácia constitutiva	51
3.3. Eficácia condenatória	52
3.4. Eficácia mandamental	58
3.5. Eficácia executiva	62
§ 2.º Do Ato Executivo	64
4. Natureza do ato executivo	64
5. Classificação dos atos executivos	68
6. Cumprimento do ato executivo	69
6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo.....	70
6.2. Requisição da força pública.....	72
7. Documentação do ato executivo	73
§ 3.º Princípios da Função Executiva.....	74
8. Princípios fundamentais da execução	74

9. Princípio da autonomia.....	77
10. Princípio do título.....	79
11. Princípio da responsabilidade patrimonial.....	81
12. Princípio do resultado.....	82
13. Princípio da disponibilidade.....	83
13.1. Conceito e natureza da desistência.....	84
13.2. Espécies de desistência.....	84
13.3. Requisitos da desistência da execução.....	85
13.3.1. Requisitos formais da desistência.....	85
13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência.....	86
13.3.3. Requisitos temporais da desistência.....	87
13.4. Efeitos da desistência da execução.....	87
14. Princípio da adequação.....	90
§ 4.º Processo de Execução e Execução Incidental.....	91
15. Execução autônoma.....	91
15.1. Precisão terminológica.....	91
15.2. “Condições” da ação executória.....	92
16. Natureza da função jurisdicional executiva.....	95
17. Execução incidente.....	98
18. Integração da disciplina executiva.....	106
2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....	108
§ 5.º Espécies de Execução.....	108
19. Ordem dos atos processuais na execução.....	108
19.1. Meios executórios típicos e atípicos.....	114
19.2. Meios executórios e procedimento.....	118
§ 6.º Execução Indireta.....	119
20. Meios executórios de coerção.....	119
20.1. Coerção patrimonial.....	121
20.2. Coerção pessoal.....	124
§ 7.º Execução Direta.....	125
21. Meios executórios de sub-rogação.....	125
21.1. Meio do desapossamento.....	125
21.2. Meio da transformação.....	126
21.3. Meio da expropriação.....	126
21.3.1. Meio do desconto.....	127

21.3.2.	Meio da adjudicação	127
21.3.3.	Meio da alienação por iniciativa particular	128
21.3.4.	Meio da alienação por leilão	128
21.3.5.	Meio da apropriação	129
3.	REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO	130
22.	Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento	130
§ 8.º	Título Executivo	134
23.	Natureza do título executivo	134
24.	Eficácia do título executivo.....	137
24.1.	Posição do exequente	137
24.2.	Posição do Estado.....	139
24.3.	Posição do executado.....	139
25.	Conteúdo do título executivo.....	140
25.1.	Identificação das partes	140
25.2.	Identificação do resultado	141
25.3.	Limitação da responsabilidade	141
26.	Caracteres do título executivo.....	141
26.1.	Certeza do título	142
26.2.	Liquidez do título	144
26.3.	Exigibilidade do título	146
27.	Forma do título executivo.....	146
§ 9.º	Espécies de Títulos Executivos	151
28.	Título executivo judicial	151
28.1.	Decisão condenatória proferida no processo civil.....	152
28.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial	159
28.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	162
28.4.	Formal ou certidão de partilha	163
28.5.	Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo.....	164
28.6.	Sentença penal condenatória.....	165
28.7.	Sentença arbitral	168
28.8.	Sentença estrangeira homologada.....	171
28.9.	Decisão estrangeira passado exequatur	172
29.	Título executivo extrajudicial.....	172
29.1.	Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque...	173
29.1.1.	Letra de câmbio	173

29.1.2.	Nota promissória.....	174
29.1.3.	Duplicata	174
29.1.4.	Cheque.....	178
29.1.5.	Debênture.....	180
29.2.	Escritura pública ou instrumento público.....	180
29.3.	Instrumento particular	182
29.4.	Transação referendada	185
29.5.	Contratos de caução.....	186
29.6.	Contrato de seguro de vida	188
29.7.	Foro e laudêmio.....	189
29.8.	Aluguel de imóvel e encargos	189
29.9.	Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública	191
29.10.	Contrato de contragarantia	192
29.11.	Contribuições condominiais.....	192
29.12.	Certidão da serventia notarial e registral	193
29.13.	Títulos previstos em leis extravagantes	194
30.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	198
31.	Protesto do título executivo judicial	199
31.1.	Natureza e finalidade do protesto do título judicial	200
31.2.	Momento e requisitos do protesto do título judicial	200
31.3.	Instrumento do protesto do título judicial.....	202
31.4.	Cancelamento do protesto de título judicial	202
32.	Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes	203
	§ 10.º Inadimplemento	204
33.	Fato constitutivo da demanda executória	204
34.	Causas e efeitos do inadimplemento.....	206
34.1.	Causa do inadimplemento	206
34.2.	Efeitos do inadimplemento	207
34.2.1.	Inadimplemento absoluto.....	207
34.2.2.	Inadimplemento relativo.....	208
34.2.3.	Inadimplemento antecipado.....	209
34.2.4.	Adimplemento ruim	210
35.	Momento e prova do inadimplemento na demanda executória	210
35.1.	Prova do vencimento do termo (<i>mora ex persona</i>)	211
35.2.	Prova da realização da condição	212
35.3.	Prova do vencimento do prazo de espera	213

36.	Inadimplemento das obrigações bilaterais.....	219
36.1.	Controle da inicial.....	222
36.2.	Prazo da suspensão.....	222
36.3.	Despesas e honorários.....	222
37.	Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior.....	223
38.	Tempo e forma da oposição do executado.....	223
4.	INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....	225
§ 11.º	Responsabilidade Patrimonial.....	225
39.	Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado.....	225
40.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	230
40.1.	Casos especiais de responsabilidade primária.....	232
40.1.1.	Bens do devedor na posse de terceiros.....	232
40.1.2.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....	234
40.1.3.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra credores.....	234
40.2.	Responsabilidade do sucessor a título singular.....	235
40.3.	Responsabilidade do sócio.....	236
40.3.1.	Fundamento da responsabilidade do sócio.....	236
40.3.2.	Benefício de ordem do sócio.....	238
40.4.	Responsabilidade do cônjuge ou companheiro.....	239
40.5.	Responsabilidade no caso de desconsideração da personalidade jurídica.....	239
40.5.1.	Responsabilidade secundária direta do sócio.....	240
40.5.2.	Responsabilidade secundária indireta do sócio.....	242
40.5.3.	Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica.....	245
40.5.3.1.	Iniciativa na desconsideração da pessoa jurídica.....	246
40.5.3.2.	Momento da desconsideração da pessoa jurídica.....	247
40.5.3.3.	Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica.....	248
40.5.3.4.	Decisão da desconsideração da pessoa jurídica.....	249
40.5.3.5.	Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica.....	249

41.	Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	251
41.1.	Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	252
41.2.	Registro da penhora nos direitos reais limitados	254
42.	Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado	254
43.	Classificação da impenhorabilidade.....	255
43.1.	Impenhorabilidade material absoluta.....	257
43.2.	Impenhorabilidade material relativa.....	258
43.2.1.	Regime da comunhão parcial.....	260
43.2.2.	Regime da comunhão universal	261
43.2.3.	Regime da separação total	261
43.2.4.	Regime dotal	262
43.2.5.	Regime de participação final nos aquestos.....	262
43.3.	Impenhorabilidade processual absoluta.....	262
43.4.	Impenhorabilidade processual relativa.....	263
44.	Princípios da impenhorabilidade.....	263
44.1.	Tipicidade da impenhorabilidade	263
44.2.	Disponibilidade da impenhorabilidade	266
45.	Bens de penhorabilidade controvertida.....	268
45.1.	Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos... ..	268
45.2.	Penhorabilidade das quotas sociais.....	270
45.3.	Penhorabilidade do telefone	272
45.4.	Penhorabilidade das próteses	273
45.5.	Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens.....	274
45.5.1.	Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias... ..	274
45.5.2.	Penhorabilidade das missivas	275
45.5.3.	Penhorabilidade dos jazigos.....	275
45.5.4.	Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso	275
	<i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta</i>	<i>277</i>
46.	Natureza e finalidade do benefício de competência	277
47.	Limites positivos do benefício de competência.....	277
47.1.	Impenhorabilidade dos inalienáveis	278
47.2.	Impenhorabilidade do seguro de vida.....	278
47.3.	Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social	279
47.4.	Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário	280

<i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa</i>	282
48. Limites positivos da impenhorabilidade relativa	282
48.1. Impenhorabilidade convencional	282
48.2. Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos	283
48.3. Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais	284
48.4. Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural	285
48.5. Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários ou úteis	291
48.6. Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em andamento ...	294
48.7. Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de pou- pança.....	294
48.8. Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobi- liária	296
48.9. Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.....	296
48.10. Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção.....	297
48.11. Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia.....	298
48.12. Impenhorabilidade relativa do bem de família	299
48.12.1. Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar	300
48.12.2. Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar	304
48.12.3. Objeto da impenhorabilidade da residência familiar ...	305
48.12.3.1. Impenhorabilidade do prédio	306
48.12.3.2. Impenhorabilidade do conteúdo	312
48.12.4. Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar	314
48.12.5. Exceções à impenhorabilidade da residência familiar...	317
48.12.5.1. Crédito do financiador da residência	320
48.12.5.2. Crédito alimentar	320
48.12.5.3. Crédito tributário, preço público e despe- sas condominiais.....	321
48.12.5.4. Crédito hipotecário	323
48.12.5.5. Crédito resultante da sentença penal con- denatória.....	324
48.12.5.6. Crédito decorrente de fiança locatícia	325

<i>Subseção III – Invalidação da penhora</i>	326
49. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem	326
50. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade	328
§ 12.º Fraude na Execução	329
51. Conceito e natureza da fraude contra execução	329
52. Requisitos da fraude contra execução	334
52.1. Litispendência como elemento da fraude	334
52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude	338
53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo.....	339
53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória	341
53.2. Registro da pendência da execução	343
53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial	344
53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insol- vência	352
53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar	353
53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal.....	354
54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra execução	356
55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução.....	358
§ 13.º Obrigações e Execução	359
56. Título executivo e obrigação	359
57. Classificação das obrigações na lei processual	360
57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas	364
57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas	364
57.3. Obrigações condicionais e a termo	366
57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis	367
§ 14.º Liquidação do Título Judicial	367
58. Conceito e natureza da liquidação	367
59. Causa da liquidação	370
59.1. Proibição da condenação genérica	372
59.2. Liquidez e espécies de obrigação	373
59.3. Casos de liquidação obrigatória	374
59.4. Liquidação e título extrajudicial.....	375
60. Liquidação e inexistência da obrigação	376
61. Pressupostos processuais na liquidação	377
62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação	379

63.	Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência...	380
63.1.	Coisa julgada resultante da liquidação	380
63.2.	Correção do erro material.....	381
63.3.	Renovação da liquidação.....	383
63.4.	Sucumbência na liquidação	384
64.	Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título.....	384
65.	Liquidação e espécies de execução	385
66.	Liquidação por cálculo.....	386
66.1.	Natureza da liquidação por cálculo.....	387
66.2.	Âmbito da liquidação por cálculo	391
66.3.	Elementos da liquidação por cálculo.....	392
66.4.	Requisitos da planilha na liquidação por cálculo.....	395
66.5.	Recursos na liquidação por cálculo	397
67.	Liquidação por arbitramento.....	398
68.	Liquidação por artigos.....	400
69.	Princípio da fidelidade ao título.....	403
	§ 15.º Cumulação de Execuções	405
70.	Natureza e efeitos da cumulação de execuções	405
71.	Requisitos da cumulação inicial de execuções	407
71.1.	Identidade de partes	407
71.2.	Identidade de competência.....	407
71.3.	Identidade de meios executórios	408
72.	Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências	409
73.	Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas.....	411
	§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado.....	412
74.	Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado	412
75.	Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado	414
75.1.	Cabimento do cumprimento voluntário	414
75.2.	Legitimidade da parte e de terceiro.....	415
75.3.	Momento do cumprimento voluntário.....	416
75.4.	Pressupostos processuais e competência.....	416
75.5.	Intimação e atitudes do credor	416
75.6.	Efeitos do depósito	417
75.7.	Resolução do incidente.....	417
	§ 17.º Cumprimento Provisório	418
76.	Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial.....	418

76.1.	Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....	420
76.2.	Particularidades da execução definitiva de título judicial.....	422
76.2.1.	Execução definitiva do capítulo da sentença.....	422
76.2.2.	Execução definitiva na pendência de rescisória.....	423
76.2.3.	Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória...	424
76.3.	Particularidades da execução provisória de título judicial.....	427
77.	Regime do cumprimento provisório do título judicial	430
77.1.	Escolha do meio executório no cumprimento provisório	431
77.2.	Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provi- sório	431
77.3.	Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provi- sório	433
77.3.1.	Particularidades da caução no cumprimento provisório ...	434
77.3.2.	Dispensa da caução no cumprimento provisório	435
77.4.	Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório....	438
78.	Procedimento do cumprimento provisório do título judicial.....	440
78.1.	Oportunidade do cumprimento provisório	441
78.2.	Formação de autos próprios no cumprimento provisório	441
78.3.	Adimplemento do executado no cumprimento provisório.....	443
78.4.	Prestação de caução no cumprimento provisório.....	444
78.5.	Extinção do cumprimento provisório	445
78.6.	Cabimento da impugnação do executado	445
78.7.	Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório...	446
	§ 18.º Medidas de Urgência na Execução	447
79.	Tutela provisória da atividade executiva.....	447
80.	Momento e procedimento das medidas de urgência	450
	§ 19.º Responsabilidade do Exequente	451
81.	Responsabilidade do exequente na execução	451
81.1.	Natureza da responsabilidade do exequente	452
81.2.	Elementos da responsabilidade do exequente.....	453
81.3.	Extensão da responsabilidade perante terceiros	454
81.4.	Efeitos da responsabilidade do exequente	455
	§ 20.º Comportamento Processual do Executado.....	455
82.	Lealdade processual no processo executivo	455
83.	Tipicidade do comportamento processual.....	458
84.	Efeitos da deslealdade do executado.....	462

Título II – Relação processual executiva

5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO	465
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	465
§ 21.º Pressupostos Processuais	465
85. Pressupostos processuais e demanda executória.....	465
86. Conceito de pressupostos processuais.....	468
87. Classificação dos pressupostos processuais	470
88. Controle dos pressupostos processuais	470
88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais.....	471
88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais	472
SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO	473
§ 22.º Jurisdição	473
89. Existência de jurisdição e processo executivo	473
89.1. Órgãos especiais de jurisdição	474
89.2. Natureza do ato jurisdicional	475
90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo	477
§ 23.º Competência	479
91. Competência na execução	479
91.1. Massa de lides e sua distribuição.....	480
91.2. Conceito de competência	481
91.3. Identificação dos órgãos jurisdicionais	481
91.4. Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão.....	482
91.5. Provocação do processo e problema de competência	482
91.6. Espécies de competência.....	483
92. Competência na execução fundada em título judicial	484
92.1. Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau	485
92.2. Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....	487
92.3. Execução do título produzido no juízo arbitral	491
92.4. Execução do título produzido no juízo penal	492
92.5. Execução do título estrangeiro	493
93. Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	493
93.1. Competência geral na execução de título extrajudicial	493

93.1.1.	Competência interna	495
93.1.2.	Competência internacional.....	496
93.2.	Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa	496
93.3.	Competência na execução coletiva.....	499
94.	Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência.....	500
95.	Controle da competência na execução	502
95.1.	Cabimento da alegação de incompetência nas execuções individual e coletiva	503
95.2.	Momento e forma da alegação de incompetência	503
95.3.	Procedimento e efeito da alegação de incompetência	504
	§ 24.º Imparcialidade	505
96.	Imparcialidade do juiz na execução	505
97.	Causas de frustração da imparcialidade	508
98.	Controle da imparcialidade na execução.....	511
98.1.	Cabimento da exceção de parcialidade	511
98.2.	Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade	512
98.3.	Momento e forma da exceção de parcialidade.....	513
98.4.	Procedimento e efeito da exceção de parcialidade	514
	SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES ...	516
99.	Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais.....	516
	§ 25.º Personalidade Processual	519
100.	Personalidade processual no processo executivo	519
101.	Controle da falta de personalidade processual	521
	§ 26.º Capacidade Processual.....	521
102.	Capacidade processual na execução.....	521
102.1.	Capacidade processual plena.....	521
102.2.	Capacidade processual relativa e assistência	523
102.3.	Incapacidade processual e representação	523
103.	Integração da capacidade processual	523
103.1.	Integração da capacidade processual pelo cônjuge.....	524
103.2.	Integração da capacidade processual por curador especial	524
104.	Intervenção do Ministério Público.....	526
105.	Controle dos defeitos de capacidade processual.....	527

105.1.	Momento de verificação do defeito	527
105.2.	Iniciativa do conhecimento do defeito	528
105.3.	Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação	528
105.4.	Perda superveniente da capacidade processual	528
105.5.	Efeitos da inércia do interessado	528
105.6.	Efeitos do saneamento do defeito	529
§ 27.º	Capacidade Postulatória	529
106.	Função pública do advogado e processo executivo	529
106.1.	Atos privativos de advogado na execução	531
106.2.	Prova da outorga do mandato	532
106.3.	Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória	533
107.	Controle dos defeitos de capacidade postulatória	533
107.1.	Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória	533
107.2.	Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória	534
107.3.	Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória	534
107.4.	Efeitos da inércia do interessado	534
107.5.	Efeitos do saneamento pelo interessado	535
§ 28.º	Legitimidade	535
	<i>Subseção I – Noções gerais</i>	535
108.	Partes legítimas na execução	535
109.	Parte e terceiro na execução	538
110.	Litisconsórcio ativo e passivo na execução	541
111.	Intervenção de terceiros na execução	543
112.	Classificação da legitimidade de parte na execução	545
	<i>Subseção II – Legitimidade ativa</i>	547
113.	Legitimidade ativa ordinária primária	547
114.	Legitimidade ativa ordinária superveniente	549
114.1.	Legitimidade superveniente do ofendido	549
114.2.	Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor	550
114.3.	Legitimidade superveniente do cessionário	550
114.4.	Legitimidade superveniente do sub-rogado	552
114.5.	Legitimidade superveniente do cidadão	552

115. Legitimidade ativa extraordinária	553
115.1. Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva	553
115.2. Legitimidade extraordinária autônoma concorrente	553
<i>Subseção III – Legitimidade passiva</i>	555
116. Legitimidade passiva ordinária primária	555
117. Legitimidade passiva ordinária superveniente	556
117.1. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor	556
117.2. Legitimidade passiva do novo devedor	559
118. Legitimidade passiva extraordinária.....	559
118.1. Legitimidade extraordinária do fiador	561
118.2. Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gravado ...	564
118.3. Legitimidade extraordinária do responsável tributário	564
118.4. Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular	567
118.5. Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral	567
118.6. Legitimidade extraordinária do cônjuge.....	569
118.7. Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador	569
119. Assistência na execução.....	570
SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL	572
§ 29.º Litispendência	572
120. Litispendência na execução	572
121. Controle da litispendência na execução	576
§ 30.º Coisa Julgada	577
122. Coisa julgada na execução	577
123. Controle da coisa julgada na execução	582
§ 31.º Perempção	582
124. Perempção na execução	582
§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas	583
125. Pagamento ou depósito prévio da sucumbência.....	583
126. Caução para garantir custas e honorários na execução	585
SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL	586
§ 33.º Invalidades	586

127.	Invalidades no processo executivo.....	586
127.1.	Classificação das invalidades.....	587
127.2.	Nulidades cominada e não cominada.....	589
128.	Nulidades cominadas no processo executivo.....	590
128.1.	Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo	590
128.2.	Citação inexistente ou nula do executado.....	591
128.3.	Verificação do termo ou condição	591
129.	Momento, forma e preclusão do controle das invalidades	591
130.	Adequação do procedimento	592
6.	FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	594
	SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO	594
	§ 34.º Princípio da Demanda	594
131.	Impulso da parte na execução	594
132.	Impulso oficial na execução	597
133.	Petição inicial da execução	599
	§ 35.º Requisitos da Petição Inicial	601
134.	Requisitos gerais da petição inicial	601
134.1.	Identificação e qualificação das partes.....	604
134.2.	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido	607
134.3.	Pedido na execução	608
134.4.	Indicação do valor da causa	611
134.5.	Instrução da petição inicial.....	612
134.5.1.	Ônus de exibição do título executivo	613
134.5.2.	Prova do termo ou da condição.....	613
134.5.3.	Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....	615
134.5.4.	Ônus de exibição do demonstrativo do débito.....	616
135.	Requisitos especiais da petição inicial	618
135.1.	Indicação da espécie de execução	618
135.2.	Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos.....	619
135.3.	Requerimento e modos de citação do executado	621
135.4.	Indicação de bens passíveis de constrição	625
135.5.	Requerimento de investigação de ativos financeiros	625
135.6.	Requerimento de concessão do benefício da gratuidade	629
135.7.	Pedido de medidas de urgência	630

136.	Requisitos formais da petição inicial.....	630
136.1.	Forma da petição inicial	630
136.2.	Datação da petição inicial	631
136.3.	Autenticação da petição inicial.....	631
136.4.	Indicação do endereço do advogado do exequente	631
136.5.	Produção dos documentos indispensáveis.....	632
136.6.	Duplicação da petição inicial.....	632
§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória		633
137.	Propositura da execução.....	633
138.	Efeitos da propositura da execução.....	634
138.1.	Prevenção no processo executivo.....	635
138.2.	Litispendência	635
138.3.	Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....	636
138.4.	Constituição em mora do executado.....	637
138.5.	Prescrição da pretensão a executar	637
138.6.	Averbação do ajuizamento da execução	641
138.6.1.	Natureza da averbação	642
138.6.2.	Procedimento da averbação	643
138.6.3.	Efeitos da averbação do ajuizamento	644
138.6.4.	Responsabilidade do exequente pela averbação indevida	645
139.	Ônus de averbação da propositura e das constrições	645
SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL		646
§ 37.º Emendas da Petição Inicial		646
140.	Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	646
141.	Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento	648
§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial		649
142.	Extinção liminar do processo executivo.....	649
143.	Pronunciamento extintivo e recurso cabível	651
§ 39.º Deferimento Liminar da Execução		652
144.	Deferimento da inicial e citação do executado.....	652
7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO		654
§ 40.º Noções Gerais		654
145.	Crises da relação processual	654

146. Conceito e objeto da suspensão do processo.....	658
147. Classificação dos eventos suspensivos do processo.....	659
148. Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	661
§ 41.º Suspensão Obrigatória.....	662
149. Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória.....	662
150. Casos comuns de suspensão obrigatória.....	664
150.1. Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	664
150.2. Morte ou perda da capacidade processual do representante....	666
150.3. Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....	667
150.4. Exceção de impedimento e de suspeição.....	668
150.4.1. Âmbito da exceção de parcialidade na execução.....	669
150.4.2. Oportunidade da exceção de parcialidade na execução.....	669
150.4.3. Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade.....	670
150.5. Pendência de eventos externos.....	671
150.6. Prejudicialidade externa na execução.....	673
150.7. Força maior suspensiva.....	674
150.8. Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória.....	675
150.8.1. Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	675
150.8.2. Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado.....	676
150.8.3. Suspensão no caso de atentado.....	677
150.8.4. Suspensão no caso das férias forenses.....	678
150.8.5. Suspensão no caso de conflito de competência.....	678
150.9. Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade.....	679
151. Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução.....	681
152. Efeito suspensivo da impugnação do executado.....	682
152.1. Necessidade de requerimento do executado.....	682
152.2. Caráter ope judicis da suspensão.....	683
152.3. Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação.....	683
152.4. Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....	685
152.5. Recurso cabível do incidente de suspensão.....	686
153. Efeito suspensivo dos embargos à execução.....	686
153.1. Necessidade de requerimento do executado.....	688

153.2.	Caráter <i>ope iudicis</i> da suspensão	688
153.3.	Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos embargos ...	689
153.4.	Modificação e revogação do efeito suspensivo	690
153.5.	Recurso cabível no incidente de suspensão.....	690
154.	Efeito suspensivo dos embargos de terceiro	691
155.	Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro)	693
156.	Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral.....	694
157.	Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz.....	694
158.	Falta de bens penhoráveis	695
159.	Frustração da alienação coativa	700
160.	Efeito suspensivo do parcelamento limitado.....	701
160.1.	Âmbito da suspensão dilatória da execução	701
160.2.	Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória.....	703
160.3.	Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória.....	704
160.4.	Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória....	705
160.5.	Contraditório na postulação da suspensão dilatória.....	706
160.6.	Efeitos do deferimento da suspensão dilatória	707
160.7.	Cessação da suspensão dilatória da execução	708
161.	Falta de localização do executado	708
162.	Suspensão cautelar da execução	709
163.	Suspensão da insolvência civil.....	712
§ 42.º	Suspensão Voluntária	712
164.	Suspensão convencional genérica	712
165.	Suspensão dilatória ilimitada da execução	713
§ 43.º	Conversão da Execução	716
166.	Frustração da execução específica e conversão da execução	716
§ 44.º	Efeitos da Suspensão	717
167.	Efeitos da suspensão do processo executivo.....	717
8.	EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	720
§ 45.º	Noções Gerais	720
168.	Natureza do ato extintivo da execução	720
169.	Causas da sentença na execução	723
170.	Forma da sentença na execução	725
171.	Eficácia da sentença na execução	728

172. Classificação das sentenças na execução	730
173. Recurso cabível contra a sentença na execução	731
§ 46.º Extinção Própria	732
174. Cumprimento espontâneo da obrigação	732
174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral	732
174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução)	734
174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins....	735
174.2.2. Procedimento da remição da execução.....	735
174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução ...	736
174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução	738
174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução	738
174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução	738
174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução	739
174.2.2.6. Efeitos da remição da execução.....	739
175. Cumprimento forçado da obrigação	741
§ 47.º Extinção Imprópria	741
176. Indeferimento da petição inicial.....	741
177. Abandono bilateral.....	743
178. Abandono unilateral	744
179. Desistência da execução	745
180. Ausência de pressuposto processual.....	748
180.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental...	749
180.2. Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar.....	751
181. Ausência de interesse processual e de legitimidade.....	753
182. Intransmissibilidade do objeto litigioso.....	754
183. Confusão entre exequente e executado.....	755
184. Causas processuais específicas.....	755
184.1. Ausência de litisconsorte necessário.....	755
184.2. Ausência de pressuposto processual subjetivo.....	756
184.3. Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco	757
185. Execução infrutífera, prescrição intercorrente e inutilidade da tutela.....	757
186. Liberação do executado	758

§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução	760
187. Responsabilidade por despesas processuais	760
187.1. Conceito e classificação das despesas	761
187.2. Dever de o exequente antecipar as despesas	763
187.3. Responsabilidade geral do executado	764
187.4. Concessão do benefício da gratuidade ao executado	766
187.5. Despesas processuais da Fazenda Pública	767
188. Honorários de advogado na execução	769
188.1. Cabimento dos honorários	771
188.2. Momento da fixação	776
188.3. Montante dos honorários	777
188.4. Natureza do provimento e recurso	779
189. Responsabilidade da parte vencida	779

Sumário

Título III – Procedimentos executivos comuns

9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	43
SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSEAMENTO	43
§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento	43
190. Abrangência desapossamento	43
191. Certeza da coisa no desapossamento	47
192. Objeto do desapossamento	48
193. Título executivo na execução para entrega de coisa	48
SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	50
§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial	50
194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa	50
195. Individualização da coisa	51
196. Prazo de entrega da coisa	52
197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis	52
198. Prosseguimento da execução	54
§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial	55
199. Liquidação das benfeitorias.....	55
199.1. Abrangência da liquidação prévia	55
199.2. Forma da liquidação prévia	56
199.3. Embargos de retenção	57
200. Petição inicial da execução para entrega de coisa	58
201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária)	59
202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa	61
203. Frustração da execução específica	63

204. Desapossamento da coisa litigiosa.....	64
205. Levantamento da coisa na pendência de embargos	66
206. Extinção da execução	67
SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA	67
§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta.....	67
207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa incerta ...	67
208. Individualização no cumprimento da sentença.....	68
§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta	69
209. Incidente de individualização da coisa.....	69
209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha..	69
209.2. Impugnação à escolha.....	70
210. Prosseguimento da execução	70
10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	71
§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais	71
211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais	71
212. Título executivo da obrigação de fazer	73
213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade.....	74
SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	75
§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial	75
214. Conteúdo do título executivo judicial	75
215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	77
216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	77
217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	78
218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	79
SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL	80
§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial.....	80
219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial	80
220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial.....	84
221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública.....	85

§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial	87
222. Aplicação da pena pecuniária	87
222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte	87
222.2. Valor da multa pecuniária	89
222.3. Duração da multa pecuniária	90
222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária	92
222.5. Pena pecuniária e perdas e danos	95
222.6. Opção por outro meio executório	96
223. Desenvolvimento e extinção da execução	97
SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO	99
SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL	99
§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível	99
<i>Subseção I – Fase postulatória</i>	<i>99</i>
224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento	99
224.1. Heterogeneidade do prazo	100
224.2. Modos de fixação do prazo	100
224.3. Prorrogação do prazo	101
224.4. Inserção do prazo no mandado executivo	101
224.5. Fixação dos honorários advocatícios	101
224.6. Natureza do ato decisório e recurso	101
225. Caracterização e determinação do fazer	102
226. Atitudes do executado após a citação	103
226.1. Efeitos do cumprimento total e parcial	103
226.2. Inércia do executado	104
226.3. Oposição do executado e seu prazo	104
<i>Subseção II – Fase instrutória</i>	<i>105</i>
227. Atitudes do exequente após o descumprimento	105
227.1. Conversão do procedimento	105
227.2. Execução por terceiro	106
227.2.1. Definição da fungibilidade	106
227.2.2. Efetivação extrajudicial	107
227.2.3. Escolha do terceiro	108
227.2.4. Apresentação da proposta e manifestação das partes ...	109
227.2.5. Preferência do exequente e formalização do negócio ...	109
227.2.6. Adiantamento do preço	109

<i>Subseção III – Incidentes da transformação</i>	110
228. Retratação da execução específica	110
229. Insucesso na escolha do terceiro	110
230. Execução de custeamento	111
231. Execução pelo exequente	112
231.1. Prazo para exercer o direito de preferência	112
231.2. Despesas da execução	112
231.3. Prazo de execução	112
231.4. Custeamento da execução	113
231.5. Verificação do cumprimento	113
232. Descumprimento do terceiro contratado	113
232.1. Prazo de reclamação.....	113
232.2. Contraditório no incidente	114
232.3. Nova execução de custeamento.....	114
232.4. Responsabilidade subsidiária do executado	115
232.5. Extinção imprópria da execução	115
<i>Subseção IV – Fase final</i>	115
233. Controle da prestação de fazer	115
233.1. Casos de cabimento do controle.....	116
233.2. Procedimento do controle	116
234. Extinção da execução da obrigação de fazer fungível	117
SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL	117
§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível	117
235. Infungibilidade da obrigação de fazer.....	117
235.1. Pessoaalidade do fazer	118
235.2. Licença administrativa.....	119
235.3. Prazo de cumprimento.....	119
235.4. Oposição do executado	119
236. Liquidação e execução das perdas e danos.....	120
SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	120
§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa	120
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	120
237. Execução específica das obrigações negativas	120

237.1.	Título executivo da prestação negativa	122
237.2.	Objeto da obrigação negativa	122
238.	Comprovação do fato indébito	123
	<i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i>	123
239.	Procedimento da execução para desfazer	123
239.1.	Prazo de desfazimento	124
239.2.	Caracterização e determinação do desfazer	124
239.3.	Citação e atitudes do executado	124
239.4.	Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa	125
240.	Conversão do procedimento executivo	125
241.	Extinção da execução	126
	SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE	126
	§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade	126
	<i>Subseção I – Noções gerais</i>	126
242.	Fungibilidade da declaração de vontade	126
243.	Natureza da ação nascente do contrato preliminar	128
243.1.	Título da substituição	129
243.2.	Objeto da declaração de vontade	131
243.3.	Formulação do pedido e sua correção	132
244.	Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares ...	133
245.	Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado	136
245.1.	Modalidade dos atos executivos	137
245.2.	Possibilidade da execução da sentença substitutiva	137
245.3.	Desapossamento do vencido	138
245.4.	Aplicação do meio executório da coação patrimonial	139
	<i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i>	140
246.	Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda	140
247.	Forma do contrato preliminar de compra e venda	140
248.	Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda	141
249.	Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda	141
250.	Registro do contrato preliminar de compra e venda	142
251.	Outorga uxória e eficácia condenatória	144

11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	145
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	145
§ 62.º Obrigação Pecuniária	145
252. Obrigação pecuniária e expropriação	145
252.1. Atributos da obrigação pecuniária	147
252.2. Espécies de prestações pecuniárias	148
252.3. Reajuste das prestações pecuniárias	149
253. Expropriação singular e coletiva	151
254. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento	152
SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO	154
<i>Subseção I – Execução de Título Judicial</i>	154
§ 63.º Cumprimento da Sentença	154
255. Iniciativa da parte na execução de título judicial.....	154
256. Intimação do executado na execução de título judicial	156
256.1. Modos e destinatários da intimação.....	156
256.2. Contagem do prazo e alternativas	157
257. Atitudes do executado após a intimação.....	158
258. Controle oficial do valor da dívida.....	158
<i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial</i>	160
§ 64.º Citação do Executado	160
259. Ajuizamento da demanda executória	160
260. Citação do executado na expropriação	161
260.1. Modos de citação	161
260.2. Contagem do prazo e alternativas	162
§ 65.º Pagamento	165
261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado	165
262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio	166
§ 66.º Pré-Penhora	167
263. Natureza e finalidade da pré-penhora	167
264. Procedimento da pré-penhora	169
264.1. Pressupostos objetivos da pré-penhora	169
264.2. Forma da pré-penhora	169
264.3. Citação do executado	170

264.4.	Pagamento superveniente	171
264.5.	Intimação da conversão em penhora	171
264.6.	Caducidade da pré-penhora	172
§ 67.º	Penhora e Depósito	172
	<i>Subseção III – Penhora em Geral.....</i>	<i>172</i>
265.	Natureza jurídica da penhora	172
266.	Conceito de penhora	176
267.	Termo inicial e eficácia <i>erga omnes</i> da penhora	176
268.	Efeitos da penhora no plano material	177
268.1.	Ineficácia relativa dos atos de disposição	178
268.2.	Reorganização da posse	179
268.3.	Perda do direito de fruição	181
269.	Efeitos da penhora no plano processual	182
269.1.	Individualização de bens no patrimônio do executado	182
269.2.	Conservação dos bens penhorados	182
269.3.	Direito de preferência	183
269.4.	Desencadeamento das técnicas expropriatórias	183
270.	Extensão da penhora (frutos, acessões, pertenças e plantações)	184
271.	Formas de documentação da penhora	185
	<i>Subseção IV – Procedimento da penhora</i>	<i>186</i>
272.	Penhora por oficial de justiça	186
272.1.	Escolha do exequente e nomeação do executado	187
272.2.	Localização dos bens penhoráveis	188
272.2.1.	Localização de ativos financeiros	190
272.2.2.	Localização de outros bens (requisição perante terceiros)	190
272.3.	Ordem preferencial da penhora	191
272.4.	Exibição dos títulos de domínio	194
272.5.	Lugar da penhora	194
272.6.	Tempo da penhora	196
272.7.	Adequação da penhora	196
272.8.	Penhora de bem indivisível	197
272.9.	Avaliação do bem penhorado	199
273.	Resistência do executado	199
273.1.	Presunção de resistência	200

273.2.	Ordem de arrombamento	201
273.3.	Busca dos bens penhoráveis	202
273.4.	Auto de arrombamento	202
273.5.	Emprego da força policial.....	203
273.6.	Auto da ocorrência	204
274.	Elementos do auto ou termo de penhora.....	204
274.1.	Tempo e lugar da penhora.....	205
274.2.	Pertinência subjetiva da penhora.....	205
274.3.	Descrição dos bens penhorados.....	206
274.4.	Nomeação do depositário	206
274.5.	Laudo de avaliação	207
	<i>Subseção V – Depósito da coisa penhorada.....</i>	<i>208</i>
275.	Desapossamento da coisa penhorada	208
276.	Natureza jurídica do depósito.....	209
277.	Objeto do depósito	211
278.	Efeitos do depósito no plano material.....	211
278.1.	Guarda e conservação da coisa	211
278.2.	Administração da coisa	212
278.3.	Posse do depositário.....	213
278.4.	Restituição da coisa	214
	278.4.1. Cabimento da ação de depósito.....	214
	278.4.2. Incidente na execução.....	215
278.5.	Dever de prestar contas	217
279.	Efeitos do depósito no plano processual.....	217
279.1.	Remuneração do depositário.....	217
279.2.	Responsabilidade do depositário	219
280.	Nomeação do depositário.....	220
280.1.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos	222
280.2.	Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	222
280.3.	Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos	223
281.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens.....	223
282.	Remoção do depositário	225
283.	Extinção do depósito.....	225

<i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira...</i>	226
284. Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros	226
285. Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros	227
286. Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros.....	228
287. Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros	229
288. Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora.....	230
<i>Subseção VII – Penhora de créditos.....</i>	231
289. Introdução à penhora de créditos	231
290. Existência do crédito e sua penhora	235
291. Objeto da penhora de crédito	236
292. Penhora de mão própria	237
293. Procedimento da penhora de crédito.....	237
293.1. Penhora através de oficial de justiça.....	238
293.2. Individualização do crédito	238
293.3. Pré-penhora do crédito	238
293.4. Apreensão dos títulos e cédulas	239
293.5. Confissão do terceiro devedor	240
293.6. Conteúdo da confissão do terceiro	240
293.7. Negativa do terceiro devedor	241
293.8. Incidente de declaração da existência do crédito.....	241
293.9. Extinção do crédito e reflexos na penhora.....	242
294. Técnicas de conversão do crédito penhorado	243
294.1. Sub-rogação do crédito penhorado.....	243
294.2. Alienação do crédito penhorado	245
295. Penhora no rosto dos autos.....	245
295.1. Conceito de direito litigioso	247
295.2. Forma da penhora no rosto dos autos	247
295.3. Penhora por dívida do autor da herança	247
295.4. Início da eficácia da penhora no rosto dos autos	248
295.5. Sub-rogação do direito litigioso.....	249
296. Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas.....	249
297. Penhora de direito a coisa determinada	250
297.1. Natureza da penhora	250
297.2. Objeto da penhora	251
297.3. Depósito da coisa.....	251
297.4. Sub-rogação do objeto da penhora	251

297.5.	Técnicas de conversão do objeto da penhora	251
297.6.	Direito sujeito a condição.....	252
297.7.	Preferência na penhora de direito a coisa determinada.....	252
<i>Subseção VIII – Penhora de quotas e de ações de sociedades personificadas...</i>		252
298.	Penhora de quotas e de ações	252
299.	Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações	252
<i>Subseção IX – Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios e aeronaves</i>		254
300.	Penhora de empresas e estabelecimentos	254
301.	Administração da universalidade penhorada	256
302.	Procedimento da penhora de universalidades.....	257
302.1.	Escolha do administrador	257
302.2.	Plano de administração.....	258
302.3.	Plano de administração consensual.....	258
302.4.	Controle do plano de administração	258
302.5.	Destituição do administrador	259
302.6.	Penhora dos edifícios em construção.....	259
302.7.	Administração dos edifícios em construção	260
303.	Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada	260
304.	Penhora de navio e de aeronave	261
304.1.	Conceito de navio e de aeronave.....	262
304.2.	Natureza da penhora	262
304.3.	Seguro contra riscos	263
<i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas.....</i>		263
305.	Penhora de percentual de faturamento de empresa	263
306.	Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa ...	264
<i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel</i>		265
307.	Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos	265
308.	Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos	266
309.	Objeto da penhora de frutos e de rendimentos	267
310.	Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....	268
310.1.	Eficiência da penhora.....	268
310.2.	Menor gravame da penhora.....	269
311.	Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos	269

311.1.	Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....	269
311.2.	Perda do poder de fruição do bem.....	271
311.3.	Temporariedade e natureza <i>pro solvendo</i> da apropriação.....	271
311.4.	Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio.....	272
311.5.	Nomeação de administrador.....	272
311.6.	Extensão dos poderes do administrador.....	273
311.7.	Pronunciamento judicial e recurso cabível.....	273
312.	Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos.....	274
313.	Administração de frutos e de rendimentos.....	274
313.1.	Aprovação da forma de administração.....	274
313.2.	Administrador do imóvel arrendado.....	274
313.3.	Locação do móvel ou de imóvel.....	275
314.	Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos.....	275
315.	Recebimento das quantias e imputação em pagamento.....	275
	<i>Subseção XII – Incidentes da penhora.....</i>	276
316.	Substituição da penhora.....	276
316.1.	Legitimidade para requerer a substituição.....	277
316.2.	Fundamentos da substituição.....	278
316.3.	Momento da substituição.....	281
316.4.	Pressupostos da substituição requerida pelo executado.....	282
316.5.	Objeto da substituição.....	283
	316.5.1. Fiança bancária.....	284
	316.5.2. Seguro.....	286
316.6.	Contraditório na substituição.....	286
316.7.	Decisão do incidente de substituição.....	287
316.8.	Efeitos da substituição.....	287
317.	Ilegalidade da penhora.....	288
317.1.	Ilegalidade objetiva da penhora.....	288
317.2.	Ilegalidade subjetiva da penhora.....	289
318.	Renovação da penhora.....	290
318.1.	Casos de renovação da penhora.....	290
	318.1.1. Nulidade da penhora.....	291
	318.1.2. Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida.....	291
	318.1.3. Desistência da penhora.....	292

318.2.	Intimação do executado e embargos.....	292
318.3.	Despesas da renovação da penhora	293
318.4.	Responsabilidade do credor na renovação da penhora	293
319.	Alienação antecipada do bem penhorado.....	294
319.1.	Natureza da alienação antecipada.....	294
319.2.	Procedimento da alienação antecipada.....	295
319.2.1.	Requisitos da alienação antecipada	295
319.2.2.	Legitimidade para requerer a alienação antecipada ...	296
319.2.3.	Modalidades de alienação antecipada.....	296
319.2.4.	Alienação antecipada no cumprimento provisório.....	296
319.2.5.	Contraditório e concordância do executado.....	297
319.2.6.	Efeitos da alienação antecipada.....	297
319.2.7.	Decisão do incidente e recurso	297
320.	Adequação da penhora	297
321.	Excesso de penhora e excesso de execução	299
	<i>Subseção XIII – Concurso especial de credores</i>	<i>300</i>
322.	Preferência emanada da penhora	300
323.	Pressupostos da preferência do credor penhorante.....	303
323.1.	Solvência do executado.....	304
323.2.	Inexistência de prelação.....	305
324.	Efeitos do concurso especial.....	306
325.	Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada	307
326.	Preferência em razão da averbação da penhora.....	309
327.	Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções	311
328.	Procedimento do concurso especial na fase inicial.....	312
328.1.	Pressupostos da reunião das execuções.....	313
328.2.	Obrigatoriedade da reunião das execuções	313
328.3.	Ciência da multiplicidade de penhoras	314
328.4.	Juízo competente para a reunião das execuções	315
328.5.	Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial	318
328.6.	Impulso processual da expropriação nas execuções singulares ...	319
328.7.	Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum	320
328.8.	Destino autônomo das execuções no concurso especial.....	320

<i>Subseção XIV – Intimação da penhora</i>	321
329. Intimação do executado da penhora.....	321
329.1. Dispensa da intimação do executado.....	321
329.2. Modos de intimação do executado.....	322
329.3. Destinatários da intimação	322
330. Intimação da penhora de terceiros.....	323
331. Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado.....	323
331.1. Posição processual do cônjuge	325
331.2. Embargos de terceiro do cônjuge	325
331.3. Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente	326
331.4. Preservação da meação individualmente sobre cada bem.....	327
331.5. Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge	328
SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO	329
§ 68.º Avaliação	329
332. Importância e natureza da avaliação	329
333. Momento e lugar da avaliação	330
334. Avaliador judicial e avaliador perito.....	331
335. Casos de dispensa da avaliação	334
335.1. Concordância das partes.....	335
335.2. Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa	335
335.3. Bens de cotação usual no mercado.....	336
336. Procedimento da avaliação por avaliador.....	336
336.1. Laudo de avaliação	337
336.2. Conteúdo do laudo e critérios de avaliação	338
336.2.1. Valor segundo o custo.....	339
336.2.2. Valor segundo a renda	339
336.2.3. Valor segundo o mercado	339
336.3. Divisão cômoda de imóvel	340
336.4. Audiência das partes e decisão	340
337. Repetição da avaliação.....	341
338. Adequação da penhora	343
§ 69.º Alienação Forçada	343
339. Natureza jurídica da alienação forçada.....	343
340. Efeitos da alienação forçada no plano material.....	348

340.1.	Título da aquisição.....	349
340.2.	Modo de aquisição.....	351
340.3.	Responsabilidade tributária do adquirente.....	351
340.4.	Vícios ocultos e aparentes da coisa.....	353
340.5.	Evicção na alienação coativa.....	353
340.6.	Alienação coativa de coisa locada.....	356
340.7.	Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais.....	358
340.8.	Alienação coativa de coisa comodada.....	359
340.9.	Alienação forçada e frutos do bem.....	359
340.10.	Posse da coisa adquirida.....	360
340.11.	Purgação dos direitos reais de garantia.....	362
340.12.	Traspasso dos direitos reais de gozo.....	364
341.	Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	364
341.1.	Conversão coativa da penhora.....	364
341.2.	Realização do preço.....	365
342.	Legitimidade para arrematar.....	366
342.1.	Legitimidade geral.....	366
342.2.	Restrições à legitimidade.....	367
	§ 70.º Adjudicação.....	369
343.	Natureza jurídica da adjudicação.....	369
344.	Objeto da adjudicação.....	371
345.	Pressupostos da adjudicação.....	372
345.1.	Preço não inferior ao da avaliação.....	372
345.2.	Legitimidade para adjudicar.....	373
346.	Procedimento da adjudicação.....	377
346.1.	Oportunidade da adjudicação.....	377
346.2.	Intimações prévias à adjudicação.....	377
346.3.	Forma do requerimento de adjudicação.....	378
346.4.	Intimação do executado.....	379
346.5.	Multiplicidade de pretendentes.....	379
346.6.	Auto de adjudicação.....	381
346.7.	Recurso contra a decisão na adjudicação.....	381
346.8.	Carta de adjudicação.....	382
347.	Resgate do bem hipotecado adjudicado.....	383
348.	Efeitos da adjudicação.....	383

348.1.	Efeitos gerais da adjudicação	384
348.2.	Efeitos particulares da remição.....	384
§ 71.º Alienação	385
349.	Modalidades da alienação do bem penhorado	385
<i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i>		386
350.	Natureza da alienação por iniciativa particular.....	386
351.	Objeto e momento da alienação por iniciativa particular	388
352.	Procedimento da alienação por iniciativa particular	389
352.1.	Iniciativa do exequente	389
352.2.	Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro	390
352.3.	Condições do negócio	391
352.4.	Apresentação da proposta e contraditório.....	393
352.5.	Termo de alienação	394
353.	Incidentes da alienação por iniciativa particular	394
354.	Efeitos da alienação por iniciativa particular.....	394
<i>Subseção II – Leilão Judicial</i>		395
355.	Oportunidade do leilão	395
356.	Modalidades de leilão	395
357.	Objeto e lugar do leilão.....	397
358.	Designação do leiloeiro.....	397
359.	Direitos e deveres do leiloeiro.....	399
359.1.	Publicação do edital	399
359.2.	Realização do leilão	399
359.3.	Exposição dos bens.....	400
359.4.	Remuneração do leiloeiro	400
359.5.	Depósito do preço.....	402
359.6.	Prestação de contas	402
360.	Condições do leilão	403
361.	Natureza e função do edital de arrematação	403
362.	Requisitos do edital	404
362.1.	Descrição do bem penhorado.....	405
362.2.	Valor do bem	405
362.3.	Lugar do bem penhorado.....	406
362.4.	Lugar, período ou data do leilão.....	406
362.5.	Dia e hora da segunda licitação	407
362.6.	Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente...	408

363. Obrigatoriedade e expedição do edital	410
364. Publicidade ordinária do edital	411
365. Publicidade extraordinária do edital.....	413
366. Leilão conjunto.....	414
367. Transferência do leilão.....	414
368. Intimações prévias ao leilão.....	416
368.1. Intimação do executado	416
368.1.1. Destinatários da intimação	417
368.1.2. Forma da intimação.....	418
368.2. Intimação de terceiros.....	419
369. Forma do leilão	421
370. Direção do leilão.....	422
371. Ordem da arrematação	423
372. Preferência da arrematação em globo	424
373. Alienação de imóvel divisível.....	424
373.1. Comodidade da divisão.....	425
373.2. Requerimento do executado.....	425
373.3. Procedimento do leilão	426
374. Forma do remate	426
374.1. Licitação entre os pretendentes	428
374.2. Preferência na aquisição do bem tombado.....	428
375. Alienação por proposta escrita	429
375.1. Objeto da proposta escrita	429
375.2. Valor da proposta escrita	429
375.3. Condições da proposta escrita.....	430
375.4. Decisão acerca da proposta escrita e recurso	430
375.5. Efeitos da aceitação da proposta escrita.....	431
376. Arrematação pelo exequente.....	431
376.1. Limite mínimo do lance do credor	432
376.2. Exibição do preço pelo credor.....	432
377. Proibição da arrematação por preço vil	433
377.1. Definição de preço vil.....	434
377.2. Alegação do preço vil.....	435
378. Alienação de imóvel de incapaz	436
378.1. Prazo do adiamento.....	437
378.2. Administração do imóvel durante o adiamento	437

378.3.	Alienação antes do término do adiamento	437
378.4.	Alienação depois do encerramento do adiamento	438
379.	Suspensão da arrematação	438
380.	Encerramento da arrematação	439
381.	Resgate do bem hipotecado arrematado	440
382.	Auto de arrematação	440
383.	Carta de arrematação	442
383.1.	Oportunidade da expedição da carta de arrematação	444
383.2.	Elementos da carta de arrematação	444
383.2.1.	Descrição do imóvel	444
383.2.2.	Prova da quitação dos impostos.....	445
383.2.3.	Auto de arrematação	445
383.2.4.	Identificação do arrematante.....	446
383.2.5.	Assinatura da carta	446
383.3.	Registro da carta de arrematação.....	446
384.	Carta de arrematação de bens móveis.....	447
385.	Desfazimento da arrematação	448
385.1.	Causas de desfazimento da arrematação	449
385.1.1.	Nulidade dos atos executórios	450
385.1.2.	Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução... ..	451
385.1.3.	Existência de ônus real omitido no edital.....	452
385.1.4.	Casos previstos explicitamente no Código.....	452
385.1.5.	Casos previstos implicitamente no Código	452
385.2.	Meios e momento do desfazimento	453
385.3.	Efeitos do desfazimento	453
385.3.1.	Efeitos perante o arrematante	454
385.3.2.	Efeitos perante o credor.....	455
385.3.3.	Efeitos perante os auxiliares do juízo.....	455
385.4.	Decisão do incidente e recurso	455
386.	Resolução da arrematação por inadimplemento	456
SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO		457
§ 72.º Satisfação do Crédito.....		457
387.	Satisfação do exequente através da adjudicação.....	457
388.	Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor	458
389.	Atribuição e distribuição do dinheiro	458
390.	Pressupostos da entrega do dinheiro	459

391. Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado	460
392. Custódia do dinheiro.....	461
393. Distribuição do dinheiro mediante concurso especial	462
393.1. Credores participantes do concurso especial	463
393.2. Ordem dos credores no concurso especial	465
393.2.1. Preferência material	465
393.2.2. Preferência processual	471
393.3. Natureza do concurso especial	473
393.4. Limites à cognição no concurso especial	473
394. Procedimento da fase final do concurso especial	474
394.1. Competência no concurso especial	474
394.2. Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento ...	476
394.3. Distribuição parcial	477
394.4. Distribuição amigável	477
394.5. Natureza do ato que resolve o concurso	477
394.6. Quitação ao executado e extinção do processo.....	478

12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

480

SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS

480

§ 73.º Lineamentos da Insolvência Civil.....

480

395. Conceito e natureza da insolvência civil

480

396. Caráter principal da insolvência civil.....

484

§ 74.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva.....

485

397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva

485

398. Insolvência real.....

488

399. Insolvência presumida.....

488

§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil

491

400. Conflito entre falência e insolvência civil.....

491

401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil

492

402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva ...

492

403. Fases da insolvência civil

494

SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA

495

§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento

495

404. Título e inadimplemento na execução coletiva

495

404.1.	Título executivo.....	495
404.2.	Inadimplemento.....	496
§ 77.º Capacidade Postulatória		496
405.	Participação do advogado na insolvência civil	496
§ 78.º Competência na Insolvência Civil		497
406.	Problema de competência na insolvência civil	497
406.1.	Competência na insolvência voluntária	498
406.2.	Competência na insolvência necessária	499
406.3.	Espécie de competência na insolvência.....	499
407.	Universalidade do juízo da insolvência	500
§ 79.º Legitimidade na Insolvência Civil		502
408.	Legitimidade ativa na insolvência civil	502
408.1.	Legitimidade ativa do credor quirografário	503
408.2.	Legitimidade ativa do devedor	505
408.3.	Legitimidade ativa do espólio do devedor	505
409.	Legitimidade passiva na insolvência civil.....	506
409.1.	Legitimidade passiva do devedor civil	506
409.2.	Legitimidade passiva do espólio do devedor	508
410.	Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil.....	508
411.	Ministério Público na insolvência civil	510
SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA		511
§ 80.º Insolvência Necessária		511
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>		<i>511</i>
412.	Requisitos da petição inicial	511
412.1.	Endereçamento da inicial	511
412.2.	Identificação das partes.....	511
412.3.	Causa de pedir na insolvência	512
412.4.	Pedido na insolvência civil.....	514
412.5.	Proposição de provas na insolvência civil	514
412.6.	Explicitação do valor da causa	514
412.7.	Requerimento e modos de citação do executado	514
413.	Efeitos da propositura da insolvência necessária.....	514
<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>		<i>515</i>
414.	Emendas da petição inicial	515

415. Indeferimento da petição inicial	515
416. Deferimento da petição inicial	515
<i>Subseção III – Instrução da fase inicial</i>	516
417. Pagamento do executado	516
418. Revelia do executado	516
419. Reconhecimento do pedido	517
420. Elisão do pedido através de depósito	518
421. Embargos do executado na insolvência	519
<i>Subseção IV – Julgamento da fase final</i>	520
422. Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva	520
§ 81.º Insolvência Voluntária	521
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>	521
423. Requisitos da petição inicial	521
423.1. Endereçamento da inicial	523
423.2. Identificação das partes	523
423.3. Causa de pedir na insolvência voluntária	523
423.4. Pedido na insolvência voluntária	525
423.5. Produção de provas	525
423.6. Explicitação do valor da causa	526
423.7. Citação dos credores	526
424. Efeitos da propositura da insolvência voluntária	526
<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>	526
425. Emendas da petição inicial da insolvência voluntária	526
426. Indeferimento da inicial	527
427. Deferimento da inicial	527
<i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i>	527
428. Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência... ..	527
429. Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desistência da ação	528
§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência	529
430. Classificação dos efeitos da insolvência	529
431. Termo inicial dos efeitos	530
432. Efeitos processuais da declaração de insolvência	531
432.1. Instalação da execução coletiva	531
432.2. Procedimento edital na insolvência	532

432.3.	Arrecadação dos bens do devedor	534
432.4.	Perda da preferência.....	535
432.5.	Perda da capacidade processual.....	536
432.6.	Atração das execuções singulares.....	537
432.7.	Escolha do administrador da massa.....	538
432.8.	Interrupção da prescrição.....	539
433.	Efeitos materiais da declaração de insolvência	540
433.1.	Vencimento antecipado das dívidas.....	541
433.1.1.	Deságio das obrigações vincendas	541
433.1.2.	Suspensão da fluência dos juros	541
433.1.3.	Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira	542
433.1.4.	Suspensão da fluência da comissão de permanência ..	543
433.1.5.	Compensação das dívidas do insolvente	543
433.1.6.	Correção monetária dos créditos.....	543
433.2.	Perda da disponibilidade patrimonial	544
433.2.1.	Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência	545
433.2.2.	Disciplina dos negócios bilaterais	546
433.2.3.	Disciplina dos negócios unilaterais.....	548
433.2.4.	Extinção das obrigações	548
SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA		549
§ 83.º Administração do Ativo.....		549
434.	Formação do ativo e nomeação do administrador da massa	549
434.1.	Natureza das funções do administrador	549
434.2.	Escolha do administrador	550
434.3.	Investidura do administrador	550
434.4.	Substituição e destituição do administrador	551
434.5.	Representação do administrador no processo	552
435.	Direitos e deveres do administrador	552
435.1.	Custódia da massa ativa	553
435.2.	Arrecadação da massa ativa.....	553
435.3.	Despesas da massa e prepostos do administrador	554
435.4.	Representação judicial da massa.....	555
435.5.	Alienação coativa dos bens da massa	556
435.6.	Remuneração do administrador	556

435.7.	Responsabilidade civil do administrador	557
435.8.	Efeitos materiais da administração	558
§ 84.º	Organização do Passivo	558
436.	Procedimento da habilitação de crédito	558
436.1.	Legitimidade ativa	558
436.2.	Natureza da habilitação.....	559
436.3.	Forma da habilitação	560
436.4.	Cumulação de execuções na habilitação	561
436.5.	Controle da habilitação	561
436.6.	Ordenação das habilitações e intimações das partes	562
437.	Impugnação ao crédito habilitado	562
437.1.	Natureza da impugnação	562
437.2.	Prazo da impugnação	563
437.3.	Legitimidade ativa na impugnação	563
437.4.	Legitimidade passiva na impugnação.....	564
437.5.	Causa de pedir e pedido na impugnação	564
437.6.	Procedimento da ação de impugnação	565
437.7.	Destino dos embargos atraídos ao juízo universal	566
437.8.	Efeito da impugnação na execução coletiva	567
438.	Elaboração do quadro geral de credores.....	567
439.	Classificação dos créditos no concurso.....	569
440.	Ação direta do credor retardatário	570
440.1.	Natureza da ação direta	570
440.2.	Competência na ação direta	571
440.3.	Legitimidade ativa e passiva na ação direta	571
440.4.	Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo	572
440.5.	Rito da ação direta	573
440.6.	Limites da cognição na ação direta.....	573
440.7.	Posição do retardatário no concurso e participação no rateio... ..	573
441.	Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva	574
441.1.	Requisitos para concessão dos alimentos.....	574
441.2.	Incidente sobre a pensão.....	575
441.3.	Execução da decisão e extinção da verba alimentar	575
§ 85.º	Recuperação Amigável	576
442.	Natureza da recuperação do devedor civil.....	576
443.	Procedimento da recuperação civil.....	578

443.1.	Forma da proposta do executado	578
443.2.	Momento hábil à proposta de recuperação	578
443.3.	Contraditório na recuperação	579
443.4.	Efeitos do julgamento da recuperação	579
443.5.	Natureza do pronunciamento na recuperação.....	579
443.6.	Efeitos do descumprimento da recuperação	580
443.7.	Procedimento no superendividamento do consumidor	580
§ 86.º Realização do Ativo.....		581
444.	Avaliação na execução coletiva.....	581
445.	Meios expropriatórios da execução coletiva.....	582
446.	Momento da realização do ativo.....	583
SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA.....		584
§ 87.º Pagamento aos Credores		584
447.	Momento do pagamento aos credores.....	584
448.	Procedimento do rateio	585
§ 88.º Extinção e Suspensão do Concurso		585
449.	Extinção da execução coletiva	585
450.	Suspensão da execução coletiva.....	586
§ 89.º Saldo Devedor		587
451.	Saldo devedor da execução coletiva.....	587
452.	Reinício da execução coletiva.....	588
§ 90.º Extinção das Obrigações.....		589
453.	Finalidade da ação de extinção das obrigações	589
454.	Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....	589
454.1.	Prazo extintivo das obrigações.....	590
454.2.	Inexistência de bens arrecadáveis	590
455.	Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente	591
455.1.	Competência da ação extintiva.....	591
455.2.	Legitimidade na ação extintiva	591
455.3.	Procedimento edital	591
455.4.	Petição inicial da ação extintiva	591
455.5.	Limites à cognição judicial.....	592
455.6.	Resposta dos réus.....	592
455.7.	Réplica do devedor e julgamento antecipado.....	592

455.8. Produção de provas	592
455.9. Natureza da sentença de procedência.....	593
455.10. Julgamento da ação extintiva	593
456. Efeitos da procedência da ação extintiva	593

Título IV – Procedimentos executivos especiais

13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR

§ 91.º Noções gerais acerca da execução do crédito alimentar

457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar	594
458. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar.....	597
459. Classificação da obrigação alimentar	599
459.1. Alimentos naturais e civis.....	599
459.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos	601
459.3. Alimentos definitivos e provisionais	602
459.4. Alimentos futuros e pretéritos.....	604
460. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios	605
461. Garantias do crédito alimentar.....	606
462. Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar ...	607

SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO

§ 92.º Procedimento da execução por expropriação.....

463. Execução do crédito alimentar por expropriação	608
463.1. Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação.....	609
463.1.1. Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	611
463.1.2. Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	612
463.1.3. Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação.....	612
463.2. Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial...	612
463.3. Levantamento do dinheiro penhorado	613
463.4. Encaminhamento normal da expropriação.....	614
463.5. Crédito alimentar no concurso de preferências	614
464. Execução de alimentos indenizativos	615
464.1. Natureza da pretensão à constituição do capital	616
464.2. Objeto do capital constituído.....	617

464.3.	Condição jurídica do capital constituído	618
464.4.	Sucedâneos da constituição do capital	619
464.5.	Vicissitudes do capital constituído	620
464.6.	Cessação da obrigação e liberação do capital	621
SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL		621
� 93.� Noções gerais acerca da execução por coerção pessoal		621
465.	Título executivo na execução por coerção pessoal	621
466.	Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal	624
� 94.� Procedimento da execução por coerção pessoal		628
467.	Requisitos da petição inicial	628
467.1.	Competência na execução de alimentos	629
467.2.	Formulação do pedido na coerção pessoal	631
467.3.	Controle da petição inicial	634
467.4.	Fixação de honorários advocatícios	635
467.5.	Indeferimento da petição inicial	635
468.	Cumprimento e defesa sumária do executado	635
468.1.	Pagamento	636
468.2.	Defesa do executado	638
468.3.	Decisão do incidente	644
468.3.1.	Natureza do pronunciamento	644
468.3.2.	Recurso cabível. Efeito suspensivo	644
468.3.3.	Motivação do ato	645
468.3.4.	Efeitos do ato	646
468.4.	Inatividade do executado	647
469.	Prisão do executado	648
469.1.	Prazo da prisão	648
469.2.	Regime da prisão	649
469.3.	Suspensão e revogação da prisão	651
469.4.	Meios para o executado revogar a prisão	652
469.5.	Renovação da prisão	653
470.	Coerção pessoal e oposição do executado	654
SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO		655
� 95.� Noções gerais acerca da execução por desconto		655
471.	Execução por desconto em folha da obrigação alimentar	655
472.	Opção pela execução por desconto	657

§ 96.º Procedimento da execução por desconto	657
473. Particularidades da execução por desconto em folha.....	657
473.1. Identificação da fonte pagadora	658
473.2. Efetivação da medida	658
473.3. Cabimento da oposição do executado	660
473.4. Prosseguimento da execução	661
14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	662
§ 97.º Noções Gerais	662
474. Objeto da execução contra a Fazenda Pública.....	662
475. Causa do procedimento especial	663
476. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento	665
477. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública	670
§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia	676
478. Disciplina da execução da execução pecuniária	676
479. Necessidade da execução	676
480. Competência na execução contra a Fazenda Pública	678
481. Legitimidade ativa e passiva	678
482. Título executivo	682
483. Proibição expressa do cumprimento provisório	685
484. Cabimento dos honorários advocatícios	686
485. Prazo e regime dos embargos e da impugnação.....	687
486. Tribunal competente para processar o pagamento	689
487. Obrigatoriedade da expedição do precatório	689
488. Procedimento da requisição de pagamento	692
488.1. Pagamento segundo o regime especial	692
488.2. Pagamento segundo o regime excepcional.....	695
489. Preterição da preferência e o sequestro	699
489.1. Cabimento do sequestro	700
489.2. Natureza da medida	701
489.3. Legitimação ativa e passiva	702
489.4. Objeto da medida	703
489.5. Procedimento do “sequestro”	704
§ 99.º Procedimento da Execução por Menor Quantia	704
490. Execução de pequeno valor	704
491. Definição de dívida de pequeno valor.....	705

492. Execução incidente e desnecessidade de nova citação.....	706
493. Legitimidade passiva	706
494. Título executivo	706
495. Exclusão do cumprimento provisório.....	707
496. Admissibilidade da oposição do executado	707
497. Competência e forma da requisição de pagamento.....	707
498. Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública.....	710
15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO	711
§ 100.º Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial	711
499. Cabimento do rito especial da execução hipotecária.....	711
§ 101.º Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário	715
500. Formação do processo executivo	715
500.1. Título e inadimplemento na ação executória hipotecária	715
500.2. Petição inicial da ação executória hipotecária.....	718
500.2.1. Competência da execução hipotecária	719
500.2.2. Pedido. Cumulação de multa e honorários	719
500.2.3. Citação dos executados	720
500.2.4. Valor da causa na execução hipotecária.....	720
501. Procedimento da ação executória hipotecária	721
501.1. Penhora	721
501.2. Depósito	722
501.3. Avaliação	722
501.4. Alienação coativa.....	723
501.5. Adjudicação	725
16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL	727
§ 102.º Noções Gerais	727
502. Realização do crédito da Fazenda Pública	727
503. Remédios para promover a defesa judicial do devedor	728
503.1. Embargos do executado	730
503.2. Mandado de segurança	731
503.3. Ação declaratória.....	733
503.4. Ação anulatória.....	733
503.5. Ação de restituição.....	735
503.6. Ação consignatória	735

504.	Efeitos da demanda na esfera administrativa.....	736
505.	Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública	736
505.1.	Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de embargos.....	736
505.2.	Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado.....	740
505.3.	Intervenção do Ministério Público	742
505.4.	Despesas processuais da Fazenda Pública.....	742
505.5.	Responsabilidade dos auxiliares do juízo	742
505.6.	Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos	743
505.7.	Subsidiariedade da expropriação comum.....	743
§ 103.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal.....		743
506.	Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....	743
507.	Título executivo da Fazenda Pública	744
507.1.	Formação do crédito da Fazenda Pública	744
507.2.	Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....	746
507.3.	Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa	746
507.4.	Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....	748
507.5.	Caracteres do título executivo.....	751
508.	Exigibilidade do crédito da Fazenda	753
509.	Problemas de competência na execução fiscal	753
509.1.	Modificações da competência	754
509.2.	Competência na execução movida por ente público contra outro ente público	757
509.3.	Reunião das execuções por conveniência da penhora.....	758
509.4.	Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências.....	761
510.	Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal	765
510.1.	Legitimidade ativa na execução fiscal	766
510.2.	Legitimidade passiva na execução fiscal.....	767
510.3.	Benefício de ordem do responsável.....	771
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>		<i>771</i>
§ 104.º Procedimento da Execução.....		771
511.	Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública....	771
511.1.	Endereçamento da petição inicial	772

511.2.	Identificação das partes.....	773
511.3.	Fatos e fundamentos do pedido.....	774
511.4.	Pedido na execução fiscal.....	774
511.5.	Produção de provas na execução fiscal	774
511.6.	Valor da causa na execução fiscal	776
511.7.	Requerimento e modos de citação do executado	776
511.8.	Nomeação de bens na inicial	779
512.	Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição.....	780
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>	<i>784</i>
513.	Emendas na petição inicial	784
514.	Indeferimento da petição inicial	785
515.	Deferimento da petição inicial	785
	<i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial.....</i>	<i>787</i>
516.	Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública	787
	<i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação.....</i>	<i>789</i>
517.	Citação do executado e pagamento.....	789
518.	Pré-penhora na execução fiscal.....	790
519.	Nomeação de bens na execução fiscal	791
520.	Efetivação da garantia da execução.....	795
520.1.	Depósito em dinheiro.....	795
520.2.	Fiança bancária e seguro garantia	797
520.3.	Prova do depósito, da fiança e do seguro.....	798
521.	Depósito da coisa penhorada na execução fiscal	799
522.	Registro da penhora na execução fiscal	801
523.	Modificações da penhora na execução fiscal.....	803
524.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	805
	<i>Subseção V – Fase instrutória da expropriação.....</i>	<i>808</i>
525.	Avaliação do bem penhorado	808
525.1.	Impugnação da avaliação	808
525.2.	Escolha do avaliador e laudo de avaliação	809
525.3.	Apresentação do laudo e decisão do juiz.....	810
525.4.	Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados.....	810
526.	Alienação antecipada na execução fiscal.....	811
527.	Arrematação na execução da Fazenda Pública	812

527.1.	Natureza e efeitos da arrematação.....	813
527.2.	Modalidade da arrematação	813
527.3.	Requisitos do edital	813
527.4.	Publicidade do edital.....	814
527.5.	Intimação das partes	815
527.6.	Lugar do leilão.....	817
527.7.	Arrematação pela Fazenda Pública	817
527.8.	Arrematação em globo	818
527.9.	Despesas de responsabilidade do arrematante.....	818
	<i>Subseção VI – Fase final da expropriação.....</i>	<i>819</i>
528.	Remição do bem penhorado e da execução	819
529.	Entrega do dinheiro.....	820
530.	Adjudicação na execução fiscal.....	821
530.1.	Objeto da adjudicação.....	821
530.2.	Pressupostos da adjudicação.....	821
530.3.	Forma do requerimento da adjudicação.....	824
530.4.	Legitimidade para adjudicar.....	824
530.5.	Saldo da adjudicação.....	825
530.6.	Auto de adjudicação	826
530.7.	Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação	826
531.	Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....	826
	<i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....</i>	<i>826</i>
532.	Recursos cabíveis nas execuções de alçada	826
532.1.	Valor de alçada nos executivos fiscais	828
532.2.	Embargos de declaração	828
532.3.	Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias	828
532.4.	Reexame necessário e recurso extraordinário	830
532.5.	Revisor nas apelações.....	830

Título V – Reação do executado contra a execução

17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	831
§ 105.º Noções Gerais.....	831
533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado	831
534. Relações entre os meios de reação do executado	832

§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré-Executividade	837
535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar	837
536. Cabimento da exceção de pré-executividade.....	839
537. Objeto da exceção de pré-executividade	843
§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade	848
538. Legitimidade do executado e de terceiros.....	848
539. Prazo da exceção de pré-executividade	849
540. Efeitos da apresentação da exceção	851
541. Obrigatoriedade do contraditório.....	852
§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção	853
542. Efeitos do acolhimento da exceção	853
543. Efeitos da rejeição da exceção.....	855
18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	857
SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO	857
§ 109.º Natureza da Ação de Embargos.....	857
544. Natureza jurídica dos embargos do devedor	857
545. Conceito dos embargos do devedor	860
§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos.....	860
546. Limites da cognição na ação de embargos.....	860
547. Classificação do objeto da cognição nos embargos	864
547.1. Embargos de cognição sumária.....	866
547.2. Embargos de cognição plenária.....	869
548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....	869
548.1. Inexequibilidade do título executivo.....	870
548.2. Inexigibilidade da obrigação	870
548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	871
548.4. Excesso de execução.....	873
548.5. Cumulação indevida de execuções	875
548.6. Retenção por benfeitorias	876
548.7. Incompetência absoluta ou relativa	878
548.8. Defesa processual e defesa de mérito do executado.....	879
548.9. Solvabilidade	881
548.10. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	881
549. Exceção de impedimento e de suspensão	881

SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	882
§ 111.º Noções Gerais	882
550. Pressupostos processuais da relação incidente.....	882
§ 112.º Imparcialidade	884
551. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos	884
552. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos	884
§ 113.º Competência nos Embargos	885
553. Regra geral de competência nos embargos	885
554. Determinação da competência segundo a natureza do título.....	887
555. Competência dos embargos na execução por carta	887
§ 114.º Prazo dos Embargos	891
556. Regras gerais do prazo para propor embargos.....	891
556.1. Prazo geral e prazos especiais	891
556.2. Natureza do prazo.....	892
556.3. Efeito da fluência do prazo	892
556.4. Suspensão do prazo	893
556.5. Contagem, dobra e termo final do prazo	894
556.6. Fluência durante as férias	896
557. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....	897
558. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação	898
558.1. Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	899
558.2. Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação	899
558.3. Prazo na execução fiscal	899
558.4. Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial	902
559. Prazo dos embargos no desapossamento	903
560. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial	903
561. Prazo dos embargos no desconto em folha.....	903
§ 115.º Legitimidade	903
562. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor	903
563. Legitimidade ativa nos embargos à execução	905
563.1. Legitimidade dos responsáveis.....	905
563.2. Legitimidade do cônjuge ou companheiro.....	907

563.3.	Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....	908
563.4.	Legitimidade condicionada à segurança do juízo	909
564.	Legitimidade passiva nos embargos à execução	910
§ 116.º Segurança do Juízo		911
565.	Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo	911
566.	Exame do pressuposto da segurança do juízo	912
567.	Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros ...	914
SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO		915
§ 117.º Petição Inicial dos Embargos		915
568.	Requisitos da petição inicial dos embargos	915
568.1.	Causa de pedir nos embargos	916
568.2.	Pedido nos embargos	918
568.3.	Valor da causa nos embargos	920
568.4.	Indicação das provas nos embargos	921
568.5.	Chamamento do embargado	922
568.6.	Regime fiscal dos embargos	922
569.	Efeitos da propositura dos embargos à execução	923
569.1.	Prevenção e embargos.....	923
569.2.	Litispendência	923
569.3.	Litigiosidade do direito	924
569.4.	Prescrição e mora	924
569.5.	Suspensão do processo executivo	924
569.5.1.	Embargos suspensivos e não suspensivos	924
569.5.2.	Requisitos do efeito suspensivo dos embargos.....	925
569.5.3.	Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos	926
569.5.4.	Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos.....	927
569.5.5.	Efeitos da suspensão da execução	927
570.	Rito dos embargos	928
§ 118.º Controle da Petição Inicial		929
571.	Emendas da petição inicial dos embargos.....	929
572.	Indeferimento liminar dos embargos	930
572.1.	Casos de indeferimento liminar dos embargos	930
572.1.1.	Embargos ineptos	931

572.1.2. Embargos intempestivos	932
572.1.3. Embargos improcedentes	932
572.1.4. Embargos protelatórios	933
572.2. Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso	933
573. Deferimento inicial dos embargos	934
§ 119.º Resposta do Embargado	935
574. Resposta do embargado no sistema da lei processual	935
575. Audiência de mediação e de conciliação	937
576. Impugnação do embargado	938
577. Exceções do embargado	940
578. Reconvenção do embargado	940
§ 120.º Revelia do Embargado	942
579. Efeitos da revelia do embargado.....	942
§ 121.º Intervenção de Terceiros	944
580. Modalidades de intervenção de terceiros	944
581. Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos	945
581.1. Assistência à parte ou ao órgão judiciário	945
581.2. Chamamento ao processo	946
581.3. Chamamento em garantia	947
581.4. Desconsideração da personalidade jurídica	948
581.5. Oposição	948
581.6. Correção da legitimidade passiva.....	949
§ 122.º Julgamento dos Embargos	950
582. Extinção dos embargos sem resolução do mérito	950
583. Extinção dos embargos com resolução do mérito	952
584. Honorários de advogado nos embargos	954
SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS	956
§ 123.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos	956
585. Natureza da sentença dos embargos.....	956
586. Eficácia de coisa julgada nos embargos	957
§ 124.º Efeitos do Julgamento dos Embargos	960
587. Efeitos no caso de procedência.....	960
587.1. Declaração de inexecutabilidade do título e da inexistência do crédito	960
587.2. Redução da obrigação	961

587.3.	Desfazimento dos atos executivos	961
587.4.	Reconhecimento da responsabilidade do credor	961
587.5.	Substituição do título	961
587.6.	Averbação no registro da dívida ativa	962
587.7.	Extinção da execução	962
588.	Efeitos no caso de improcedência	962
588.1.	Desembaraço do processo executivo	963
588.2.	Definitividade da execução na pendência da apelação	963
588.3.	Condenação do embargante por dolo processual	964
19.	IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO	965
§ 125.º	Natureza da Impugnação do Executado	965
589.	Natureza da impugnação do executado	965
590.	Conceito da impugnação do executado	970
§ 126.º	Fundamentos da Impugnação do Executado	970
591.	Caráter sumário da cognição	970
592.	Casos explícitos de impugnação	972
592.1.	Falta ou nulidade da citação	973
592.2.	Ilegitimidade das partes	976
592.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	977
592.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	979
592.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	980
592.6.	Incompetência absoluta ou relativa	982
592.7.	Exceções e objeções substanciais supervenientes à sentença	982
592.8.	Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	985
592.8.1.	Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada	986
592.8.2.	Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial	995
592.8.2.1.	Origem da regra	995
592.8.2.2.	Ineficácia do título	996
592.8.2.3.	Superveniência da inconstitucionalidade	997
592.8.2.4.	Constitucionalidade da regra	998
592.8.2.5.	Vantagens e desvantagens da regra	999
592.8.2.6.	Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório	1000
592.8.2.7.	Origem do juízo de inconstitucionalidade	1000
592.8.2.8.	Remédios admissíveis	1003

592.8.2.9. Aplicação retroativa da regra	1003
592.8.2.10. Efeitos do julgamento da impugnação.....	1003
593. Casos implícitos de impugnação.....	1004
§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental.....	1005
594. Generalidades	1005
595. Prazo da impugnação.....	1005
595.1. Natureza do prazo da impugnação	1006
595.2. Efeitos da fluência do prazo da impugnação.....	1007
595.3. Suspensão do prazo da impugnação	1007
595.4. Dobra do prazo de impugnação.....	1007
595.5. Termos inicial e final do prazo de impugnação.....	1008
596. Competência da impugnação	1009
597. Legitimidade ativa e passiva na impugnação	1009
598. Controle da imparcialidade na impugnação	1009
§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental.....	1010
599. Requisitos da petição inicial da impugnação	1010
600. Controle da inicial da impugnação	1012
601. Indeferimento liminar da impugnação.....	1012
602. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo..	1013
603. Prosseguimento da execução mediante caução.....	1015
604. Recurso cabível das resoluções do juiz	1016
605. Efeitos do recebimento da impugnação	1016
606. Chamamento do impugnado	1016
607. Atitudes do impugnado.....	1017
608. Procedimento da impugnação	1018
609. Julgamento da impugnação e recursos próprios	1019
§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado	1019
610. Efeitos no caso de procedência.....	1019
611. Efeitos no caso de improcedência	1020

Título VI – Reação dos terceiros contra a execução

20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1022
§ 130.º Noções Gerais.....	1022
612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro.....	1022
613. Modalidade de intervenção de terceiros.....	1025

§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro.....	1026
614. Competência nos embargos de terceiro	1026
615. Legitimidade nos embargos de terceiro.....	1030
615.1. Legitimidade ativa.....	1030
615.1.1. Noção de terceiro.....	1031
615.1.2. Domínio e posse do terceiro.....	1033
615.1.3. Embargos do compromissário.....	1034
615.1.4. Embargos do cônjuge ou do companheiro	1035
615.1.5. Embargos do herdeiro	1037
615.1.6. Embargos do adquirente do bem alienado em fraude contra a execução	1037
615.1.7. Embargos em desconsideração da personalidade jurídica	1038
615.1.8. Embargos do credor real.....	1038
615.1.9. Fungibilidade dos embargos.....	1039
615.2. Legitimidade passiva.....	1040
616. Integração da capacidade processual.....	1043
617. Prazo dos embargos de terceiro.....	1043
618. Objeto dos embargos de terceiro.....	1048
619. Valor da causa nos embargos de terceiro	1050
§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro	1051
620. Instauração e desenvolvimento dos embargos	1051
620.1. Petição inicial e liminar	1051
620.1.1. Requisitos da liminar.....	1051
620.1.2. Caução.....	1053
620.2. Rejeição liminar dos embargos.....	1054
620.3. Citação do embargado	1054
620.4. Efeitos da propositura dos embargos	1055
620.5. Mérito dos embargos e limites à cognição judicial	1056
620.5.1. Embargos do possuidor.....	1057
620.5.2. Embargos do titular de direito real.....	1058
620.5.3. Sumariedade da cognição	1060
620.6. Reação do embargado	1060
620.6.1. Revelia	1061
620.6.2. Meios de reação	1061
620.6.3. Limites da contestação e o ônus da prova	1062
620.6.4. Indicação de provas	1064

620.7. Rito dos embargos	1064
620.8. Sucumbência nos embargos de terceiro	1065
621. Natureza da sentença dos embargos.....	1067
§ 133.º Efeitos dos Embargos de Terceiro.....	1068
622. Efeitos no caso de procedência.....	1068
623. Efeitos no caso de improcedência	1069
Bibliografia	1071
Outras obras do autor	1177
Índice alfabético-remissivo.....	1179
Índice legislativo.....	1229
Índice onomástico.....	1277